

## **EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS**

**Natália Rodrigues Freitas**, [nataliarodriguesfama@gmail.com](mailto:nataliarodriguesfama@gmail.com)

**Maria de Lourdes Pinheiro**, [pinheiro.lou@gmail.com](mailto:pinheiro.lou@gmail.com)

Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA)

**RESUMO:** A educação de jovens e adultos garante direitos de acesso à educação para pessoas que não tiveram acesso aos estudos na idade própria por várias razões. Assim, esse trabalho teve como objetivo discorrer sobre os avanços dentro da educação de jovens e adultos no combate ao analfabetismo no Brasil. Para tanto, buscou discorrer sobre a história da educação de jovens e adultos no Brasil; abordou os avanços alcançados a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, bem como seus retrocessos, no sentido de apresentar uma reflexão sobre o alto índice de pessoas não alfabetizadas ainda hoje no Brasil e suas causas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica aleatória com consultas em livros, artigos científicos e sites da Internet. Ao fim do trabalho concluiu-se que a alfabetização é muito relevante na vida de qualquer cidadão, pois, ao recuperar o tempo perdido e regressar ao ambiente escolar, proporciona autoestima e melhores condições de enfrentar conflitos e problemas.

**Palavras-chave:** Educação. Jovens e adultos. Analfabetismo.

## **EDUCATION FOR YOUNG AND ADULT NON-LITERACIES IN BRAZIL: ADVANCES AND BACKSPACE**

**ABSTRACT:** Youth and adult education guarantees rights of access to education for people who have not had access to studies at their own age for several reasons. Thus, this work aimed to discuss the advances in the education of youth and adults in the fight against illiteracy in Brazil. For that, he sought to discuss the history of youth and adult education in Brazil; addressed the advances achieved from the National Curricular Guidelines for EJA, as well as its setbacks, in order to present a reflection on the high rate of non-literate people in Brazil and its causes. The methodology used was the random bibliographical research with consultations in books, scientific articles and Internet sites. At the end of the work it was concluded that literacy is very relevant in the life of any citizen, because, by recovering lost time and returning to the school environment, it provides self-esteem and better conditions to face conflicts and problems.

**Keywords:** Education. Young people and adults. Illiteracy.

## Introdução

A educação é de suma importância para todo ser humano, o que nos leva a pensar no porquê de ainda existirem jovens e adultos analfabetos, sendo inconcebível que ainda exista uma população analfabeta em um país como o Brasil, apesar das políticas públicas educacionais adotadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Muitas pessoas passam por humilhações ou se sentem perdidas por não conseguirem ler uma informação em uma placa, pegar um ônibus errado ou por não conseguirem assinar o próprio nome.

Com a educação de jovens e adultos, isso não deveria acontecer mais, por isso a EJA é tão importante, pois possibilita às pessoas algo que lhes é seu por direito e ao qual não tiveram acesso na idade própria, por diversos fatores.

A partir desse entendimento, propôs-se o seguinte problema de pesquisa: por que, mesmo com os avanços escolares, o analfabetismo de jovens e adultos no Brasil continua existindo?

Este trabalho buscou, então, realizar uma discussão sobre os avanços e conquistas obtidas pela educação de jovens e adultos (EJA), bem como sobre a persistência do analfabetismo no Brasil, no sentido de contribuir com uma reflexão da necessidade de fortalecimento da EJA enquanto modalidade de ensino que busca, além da alfabetização, o resgate social de jovens e adultos.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: conhecer a história da educação de jovens e adultos no Brasil; discutir os avanços alcançados a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, bem como seus retrocessos; e refletir sobre o alto índice de pessoas não alfabetizadas ainda hoje no Brasil e suas causas.

O trabalho foi realizado por meio de um estudo qualitativo mediante pesquisa bibliográfica aleatória em livros, legislação, anais de eventos científicos, monografias, teses e artigos científicos, visando buscar conhecimento sobre o tema proposto para o estudo. A busca

pelas informações se deu a partir da literatura encontrada, sem estabelecer metodologia rigorosa ou replicável em termos de reprodução de dados ou respostas quantitativas para o problema apresentado.

Em vista disso, por não aplicar estratégias de busca refinadas ou exaustivas, assume-se o risco de que a seleção das publicações e a interpretação de suas informações possam estar sujeitas à subjetividade dos autores deste trabalho.

Neste sentido, a partir da busca pelas palavras-chave “educação, jovens e adultos, e analfabetismo” foram recuperados trabalhos publicados em livros que constam da biblioteca da Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA, Iturama/MG), anais *on-line* de eventos científicos, monografias e teses de bibliotecas virtuais de universidades, e artigos científicos de periódicos *on-line*, tais como Revista Eletrônica Saberes da Educação, Ensaio e Revista HISTEDBR On-line, além de legislação contida no site oficial da Presidência da República.

Apesar de ser uma busca aleatória e sem recorte temporal definido, utilizou-se como critério para inclusão/exclusão das publicações que as expressões utilizadas na busca estivessem contidas nos títulos ou nas palavras-chave, e ainda que estivesse explícito nos resumos dos trabalhos selecionados que o texto se relacionava aos limites e avanços da educação para jovens e adultos não alfabetizados no Brasil, a partir da Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de julho de 2000, que estabeleceu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60) ressaltam que esta:

[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer

e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

Da forma como o presente trabalho foi desenvolvido, utilizou-se ainda da compreensão de Gerhardt e Silveira (2009, p. 80), de que “é importante ressaltar que uma pesquisa bibliográfica é aquela em que os dados apresentados provêm apenas de livros e artigos consultados [...]”. Assim, a partir dos textos que foram selecionados pelos critérios acima explicitados, a pesquisa abrangeu a leitura, fichamento, análise e interpretação dos dados obtidos acerca da educação de jovens e adultos no Brasil e da persistência do analfabetismo apesar de avanços na área, buscando alcançar uma resposta ao problema proposto sem, contudo, pretender esgotar o tema.

### **História da educação de jovens e adultos no Brasil**

A alfabetização de jovens e adultos no Brasil apresenta-se ainda hoje como um grave problema, seja por haver muitos analfabetos ou porque muitos dos indivíduos, que passaram pela escola e tiveram contato com a leitura e a escrita, não conseguem fazer desse conhecimento um uso social crítico e consciente, que lhes garanta o desenvolvimento da sua cidadania, visto que muitos leem e escrevem apenas o próprio nome.

Neste sentido, é importante conhecer, ainda que de forma breve, como a educação para jovens e adultos foi se firmando como um direito na história da educação brasileira. Embora seja importante observar que a educação brasileira tenha se iniciado com a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, foi somente a partir de 1930 que começou a se consolidar um sistema público de educação no país, pois a sociedade passava por grandes transformações, sobretudo associadas ao processo de industrialização e concentração populacional nos centros urbanos (RIBEIRO, 2001).

Segundo Strelhow (2010), no ano de 1920 a taxa de analfabetismo no Brasil era de 72%. Assim, Colavitto e Arruda (2014) observam que a educação básica de jovens e adultos começou a partir da década de 30, devido às mudanças e transformações pelas quais passava a sociedade, tais como o crescimento da industrialização e a concentração populacional em centros urbanos. Nessa época, o interesse do governo era alfabetizar as camadas sociais mais baixas, sobretudo para atender as necessidades de mão de obra qualificada para o trabalho nas indústrias em crescente expansão.

Outra necessidade de se erradicar o analfabetismo era o fato de que este era considerado como a causa da situação de subdesenvolvimento do Brasil, como bem observa Strelhow (2010, p. 52):

O analfabetismo era considerado uma praga que deveria ser exterminada. No âmago destas discussões estava presente a ideia de que as pessoas que não eram alfabetizadas deveriam procurar se alfabetizar. Era necessário tornar a pessoa analfabeta um ser produtivo que contribuísse para o desenvolvimento do país.

Em vista disso, na Constituição Federal de 1934 foi referenciada, pela primeira vez, a necessidade de um Plano Nacional de Educação com o intuito de combater o analfabetismo e difundir a escola primária integral, obrigatória e gratuita, inclusive às pessoas adultas. A ideia de um PNE, que havia sido concebida por um seletivo grupo de educadores adeptos do escolavismo<sup>1</sup>, não obteve êxito, pois não chegou a se realizar um levantamento ou estudo sobre as reais necessidades educacionais do país.

Assim, em 1937, com Getúlio Vargas desfechando o golpe que institucionalizou o Estado Novo, foi elaborada uma nova Constituição, que favorecia o ensino

<sup>1</sup> O grupo, representado por 26 educadores brasileiros, lançou em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação

Nova, por meio do qual defendiam a urgente necessidade de uma reconstrução educacional no país.

profissionalizante para capacitar jovens e adultos para trabalhos industriais. A partir de 1940, de acordo com Gadotti (2006), têm início no Brasil grandes campanhas nacionais de caráter oficial, cuja intenção representava o início de ações federais para o combate ao analfabetismo.

Entretanto, durante o Estado Novo (1937-1945), houve muitas críticas quanto ao alto número de adultos analfabetos, gerando insatisfação e descontentamento na população. Após o fim da ditadura de Vargas, o país vivia a efervescência política da redemocratização, além de um otimismo em relação ao seu desenvolvimento econômico; além disso, os debates em torno da educação voltaram a ser retomados.

[...] tudo isso contribuiu para que a educação dos adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum. Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção. (RIBEIRO, 2001, p. 19-20).

Em vista disso, em 1947, foi lançada a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos buscando-se uma alfabetização em três meses, seguindo para uma etapa voltada para capacitação profissional e desenvolvimento comunitário. Porém, a campanha foi elaborada sem preocupação com as especificidades de uma educação voltada para adultos, além do que, ainda se considerava o analfabeto como incapaz e responsável pelo atraso socioeconômico e cultural do Brasil, o que levou muitas pessoas a não acreditarem na qualidade do ensino oferecido, segundo Colavito e Arruda (2014). Como consequência, a campanha se extinguiu.

Gadotti (2006) ressalta, porém, que, a partir das críticas dirigidas a tais campanhas, o entendimento do analfabetismo como causa do subdesenvolvimento do país foi sendo gradativamente superado, especialmente tendo como referência a proposta pedagógica de Paulo

Freire para a alfabetização de adultos, com valorização do saber popular; o analfabetismo, nesse momento, passou a ser entendido como a consequência de uma estrutura social injusta.

No período da Ditadura Militar foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) com o objetivo de alfabetizar funcionalmente e promover educação contínua, conquanto ficasse limitado somente ao ler e escrever (STRELHOW, 2010).

O Parecer CNE/CEB nº 11/00, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, observa que, em 1971, com a Lei nº 5.692/71, foi criado o ensino supletivo para o combate ao analfabetismo de adultos e adolescentes, visando suprir a escolarização aos que não haviam frequentado a escola no período regular e também propiciar a atualização e aperfeiçoamento para os que tinham seguido o ensino regular no todo ou em parte (BRASIL, 2000a).

Em 1985, com o fim do Mobral, surgiram outros programas de alfabetização, como a Fundação Educar que, vinculada ao MEC, não executava diretamente os referidos programas, mas transferia recursos técnicos e financeiros às iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas. A Fundação, por sua vez, foi extinta no governo Collor em 1990. De acordo com Strelhow (2010, p. 55-56):

A partir daí então, começou a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passam a assumir a função da educação de jovens e adultos. Paralelamente, foram feitas muitas experiências de universidades, movimentos sociais e organizações não governamentais em relação à educação.

Um desses movimentos surgidos na década de 90, o Movimento de Alfabetização (Mova), buscou trabalhar a alfabetização a partir do contexto socioeconômico dos alfabetizandos, tornando-os coparticipantes de seu processo de aprendizagem.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), foi reafirmado o direito das pessoas jovens e adultas ao ensino, sendo inscrito como modalidade da educação básica apropriada às necessidades e condições peculiares desse grupo. Assim, a EJA é reconhecida como uma modalidade da Educação Básica e direito público na etapa do Ensino Fundamental (BRASIL, 2000a).

Foi criado, nesse período, o Programa Alfabetização Solidária (PAS) e, conforme Strelhow (2010), muito lembrou as campanhas de 1940 e 1950, sobretudo quanto ao programa aligeirado e a utilização de alfabetizadores semipreparados. O governo federal lançou, então, em 2003, um novo projeto, o Programa Brasil Alfabetizado, criado para eliminar o analfabetismo de jovens e adultos a partir de uma perspectiva que rompesse com a marginalização do analfabeto, porém, acabou por repetir erros dos governos anteriores, como por exemplo, não apresentar de forma clara os objetivos do projeto. Como resultado, ainda se tem uma alta taxa de pessoas que não têm domínio sobre a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas.

Neste sentido, sobre a análise de programas e documentos legais, Chilante e Noma (2007) ressaltam que não existe carência de legislação quanto à EJA no Brasil. O problema está tanto na ineficiência quanto na descontinuidade das políticas educacionais adotadas pelo governo brasileiro ao longo dos anos, bem como nos desafios relacionados à educação para jovens e adultos.

É necessário salientar, portanto, que, devido às políticas públicas adotadas na área da educação, ineficientes e descontinuadas, o Estado brasileiro não conseguiu garantir uma educação de qualidade a todos, sobretudo pela falta de organização e planejamento de projetos e programas em nível nacional, e a repetição de erros passados, como não destinar recursos técnicos e financeiros suficientes ou transferir para a iniciativa privada parte da tarefa de alfabetização de jovens e adultos. Como

consequência, há um elevado número de analfabetos ou alfabetizados funcionais ainda hoje no país.

### **Avanços e retrocessos a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA**

Na Constituição Federal de 1988 a educação foi reconhecida como um direito de todos e um dever do Estado. O ensino fundamental tornou-se obrigatório e gratuito, independentemente da idade.

O Parecer CNE/CEB nº 11/00, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, observa que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei nº 9.394/96) reafirma o direito das pessoas jovens e adultas ao ensino. Em vista disso, a EJA foi inscrita na LDBEN como modalidade da Educação Básica apropriada às necessidades e condições peculiares desse grupo, além de direito público na etapa do Ensino Fundamental (BRASIL, 2000a).

Entretanto, em consonância com Ventura (2008), as reformas da educação em acordo com as novas bases legais, que redefiniram os rumos da política educacional na década de 1990, significaram um retrocesso e uma desqualificação da Educação de Jovens e Adultos, realçando o lugar secundário que ocupa nas políticas educacionais, sobretudo devido às orientações neoliberais que marcaram tais reformas.

Conforme a autora, no primeiro projeto de LDBEN em 1988 sobre a EJA, no artigo 22 afirmava-se que:

Art. 22 – Para aqueles que não tenham seguido ou concluído a educação escolar de 1º ou 2º grau na idade própria será organizado ensino regular específico, além do ensino supletivo que abrangerá cursos e exames, conforme as normas baixadas pelos Conselhos de Educação competentes. (VENTURA, 2008, p. 111).

Ainda segundo a autora, em 1990, com as mudanças ocorridas no projeto de LDBEN, a EJA

surge em um capítulo intitulado “Da educação básica de jovens e adultos trabalhadores”, apontando a necessidade de tratamento articulado com a educação regular e garantindo condições para solucionar problemas de acesso e permanência do aluno trabalhador na escola.

Dois anos após, em 1992, o projeto de LDBEN foi alterado e outro texto surgiu. Com autoria de Darcy Ribeiro no governo Collor, o projeto retrocedeu na concepção de EJA no texto da lei substituindo a expressão “educação básica” por “educação supletiva”, e suprimiu o termo “trabalhadores” associado aos jovens e adultos, limitando a EJA à educação supletiva, como observa Ventura (2008). Assim, ao reforçar o caráter de supletivo, retirou-se a especificidade das condições de acesso e frequência à escola dos jovens e adultos trabalhadores.

Após várias emendas, foi aprovado o título “Da educação de jovens e adultos”, com o art. 38 afirmando que: “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular” (VENTURA, 2008, p. 112). Essa mudança, porém, não foi significativa, pois, na prática, a nova lei não estabeleceu garantias de melhores e efetivas condições para que jovens e adultos possam concluir seus estudos mediante a oferta de cursos de EJA, pois o fato de poderem prestar os exames supletivos para concluírem a educação básica torna-se uma forma de compensação do cumprimento de seus direitos.

Ainda de acordo com Ventura (2008), a Lei nº 9.394/96 destacou a educação básica como uma prioridade para a inserção do Brasil no mundo competitivo vinculando o campo educacional às exigências mundiais. Com a inserção dessa lei as políticas educacionais redefiniram as atribuições da educação fundamental de jovens e adultos passando para os Estados e Municípios a obrigação de fornecê-las.

O Decreto nº 2.208/97 proporcionou nova institucionalidade da educação profissional, pois as instituições que ministravam educação profissional passaram a oferecer cursos profissionalizantes de nível básico, independente do grau de escolaridade, concedendo aos concluintes certificados de qualificação profissional (VENTURA, 2008). Neste sentido, o referido decreto possibilitou a expansão nas demandas por educação.

Entretanto, o Decreto nº 5.154/04 revogou o de nº 2.208/97, citado acima, o que não mudou significativamente a organização da educação profissional, porém agregou uma possibilidade de articulação entre o ensino médio e a educação profissional, já prevista anteriormente (concomitante e sequencial), por meio do ensino médio integrado (VENTURA, 2008), o que reforçou uma característica que, historicamente, tem marcado a educação brasileira, a dualidade no ensino (educação profissional *versus* ensino médio).

Por sua vez, a Resolução CNE/CEB nº 01/2000, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, expressas no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, reafirmou a identidade própria da modalidade de educação e apresentou avanços e limites (BRASIL, 2000b). De acordo com Ventura (2008, p. 119-120):

Por um lado, podemos destacar avanços como a ênfase da EJA como direito, particularmente direito público subjetivo, o reconhecimento da sua especificidade como uma modalidade de ensino [...] por outro lado, o mesmo parecer atribui à EJA duas outras funções: equalizar e qualificar. A primeira, baseada na discriminação positiva (políticas afirmativas); a segunda, baseada na noção de educação continuada ou educação ao longo da vida.

Sobre a função equalizadora, em conformidade com a análise de Ventura (2008, p. 120), quando a autora observa que “[...] ao ignorar a desigualdade real como elemento

fundamental que define a sociedade de classes, parte do pressuposto da igualdade legal, baseada numa liberdade abstrata, fundamento do Estado liberal [...]”. Ou seja, as Diretrizes sustentam-se em uma igualdade apenas formal, ignorando a posição desigual ocupada pelas pessoas na sociedade.

Já em relação à função qualificadora ou permanente da EJA, é importante ressaltar, assim como Ventura (2008, p. 120), que, “na sociedade dividida em classes, o acesso à escolarização para a classe trabalhadora foi inicialmente negado, depois a instituição escolar o distribuiu desigualmente”. Em vista disso,

[...] quando as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA estabelecidas no Parecer CNE/CBE nº 11/2000 apontam a educação ao longo da vida como uma das suas funções, a expressão se torna vazia quando não vem acompanhada da indispensável qualificação: qual educação? (VENTURA, 2008, p. 120).

Em vista disso, novas propostas continuarão a fracassar enquanto não se definir claramente políticas educacionais para jovens e adultos, evidenciando o papel da educação que se propõe: se uma educação que sirva apenas para instrumentalizar pessoas para o mercado de trabalho ou também para formar pessoas que reflitam sobre sua situação social e do país no qual vivem. Assim, se desejamos pessoas capazes de mudar a realidade em que se encontram, temos que exigir uma educação que forme pessoas críticas que, a partir da educação, possam refletir sobre sua ação como sujeitos da história.

Enquanto isso não acontece, o que se pode notar é que, apesar de reconhecidos avanços após a LDBEN (1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000a), e tendo como base o breve histórico apresentado anteriormente, tivemos diversos programas e projetos voltados para EJA, ineficientes e descontínuos, o que mostra a fragmentação das ações do Estado e a negação

do direito pleno dos jovens e adultos à educação.

### **Causas da persistência do analfabetismo no Brasil**

A Educação para Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino complexa que envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Em vista disso, o professor que se propõe a atuar junto aos mesmos deve refletir de maneira crítica sobre sua prática, tendo uma visão ampla da sala de aula, sobre a escola em que atua.

Segundo Strelhow (2010, p. 49),

Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, uma espécie de saber das ruas, pouco valorizado no mundo letrado e escolar. Frequentemente o próprio aluno busca na escola um lugar para satisfazer suas necessidades particulares, para integrar-se à sociedade letrada, da qual não pode participar plenamente quando não domina a leitura e a escrita.

Desta forma, no processo educacional, o professor é um dos responsáveis por resgatar com os alunos seus processos históricos. Há diversas razões para se voltar a estudar, seja pela exigência do mercado de trabalho, ou econômica, ou tecnológica, conquanto ainda há razões de satisfação pessoal, conquistando o direito de se sentir uma pessoa capacitada, de trazer dignidade à pessoa aumentando sua autoestima e a sensação de vencer obstáculos em relação à exclusão social (STRELHOW, 2010).

É fundamental, portanto, que se compreenda que a EJA emerge de brechas do sistema educacional regular, englobando um conjunto de processos e práticas formais e informais que estão relacionadas com a aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou habilidades socioculturais (FRIEDRICH et al., 2010).

Nesse contexto, Gadotti (2006) observa que a falta de políticas de formação docente para alfabetizar jovens e adultos agrava o problema, uma vez que ao educador não basta ter o saber teórico, mas ainda conhecer e respeitar as condições culturais de jovens e adultos em processo de alfabetização. Destaca-se, então, a necessidade de o Estado prover condições de formação continuada aos professores da EJA, que possa permitir-lhes maior reflexão de suas ações e repensar suas práticas, sobretudo em relação aos jovens e adultos não alfabetizados e suas histórias, pensando-os como sujeitos de aprendizagem.

Gadotti (2006) ressalta que, para além da formação do professor, também são necessárias metodologias adequadas para a EJA, com práticas específicas para esse público, além de uma concepção pedagógica em relação aos alunos, a qual reconheça que jovens e adultos buscam na leitura a chance de tornarem-se pessoas mais bem preparadas, com pensamentos e argumentos mais críticos e melhores fundamentados, tornando-se, assim, indivíduos mais participativos da realidade em que vivem.

Sendo assim, Feijó (2014, p. 14) afirma que:

[...] há que se falar que estes indivíduos foram em busca de novos horizontes para alcançar melhores oportunidades de vida, tanto para si, quanto para sua família, seja refletido no mercado de trabalho, seja em suas respectivas vivências em sociedade, com o intuito de ampliar seus conhecimentos para resguardarem seus atuais empregos, bem como angariarem novos.

Para tanto, a EJA deveria proporcionar flexibilidade de horários e ordenação de disciplinas, possibilitando adesão dos alunos, bem como aulas no período noturno, facilitando para quem trabalha durante o dia e garantindo, assim, acesso e permanência na escola.

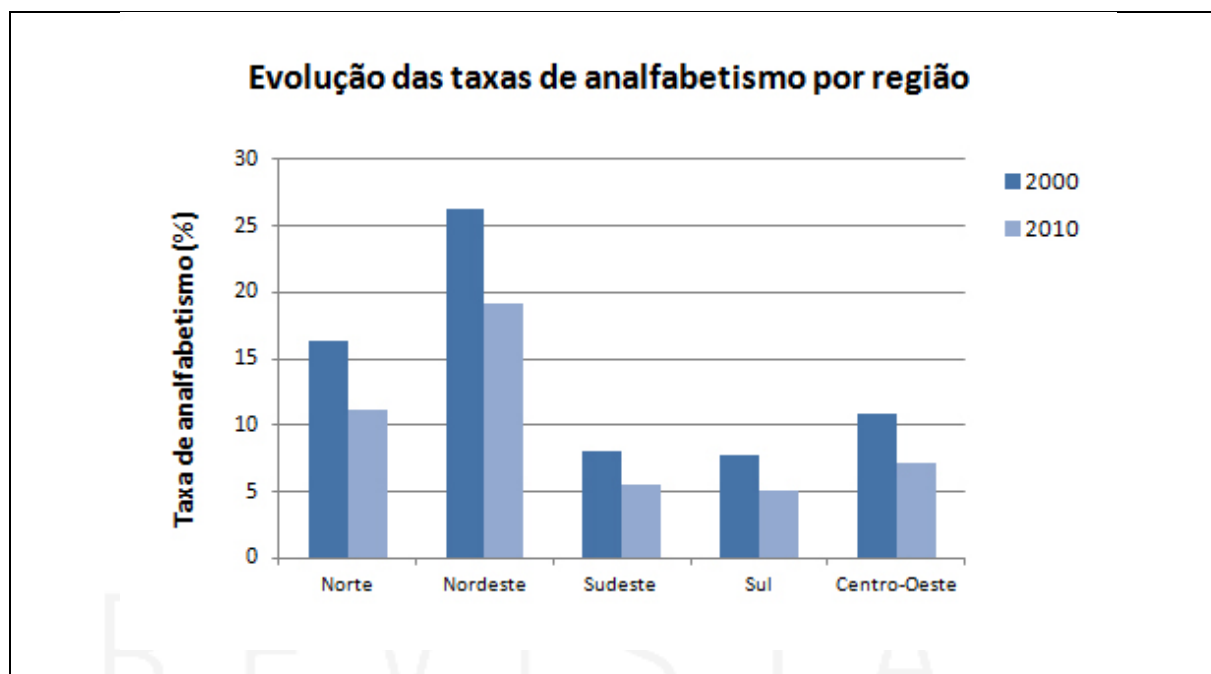
Entretanto, Sousa (2012) destaca que, de acordo com dados do IBGE de 2009, divulgado em 2010, o Brasil possui aproximadamente 190 milhões de pessoas; desse total, 9,7% com idade igual ou superior a 15 anos são analfabetas, o que demonstra que ainda há muito a ser feito para erradicar, de vez, o analfabetismo no Brasil.

Segundo Galvão e Di Pierro (2007), as causas que levam ao analfabetismo no Brasil seriam, entre outros fatores, o trabalho precoce na lavoura, as dificuldades de acesso a escolas e a ausência de escola rural. Além disso, a questão do desemprego no campo leva muitas pessoas à dificuldade de terem uma condição econômica melhor de salário, porém, ao migrar para a cidade, buscando melhores condições de vida, em função da baixa escolaridade acabam desempenhando trabalhos não valorizados e mal remunerados.

Em vista disso, o país continua pagando o preço de fatores conjugados: o descaso do Estado e o conjunto de fatores responsáveis pela grande desigualdade social que tem marcado a sociedade brasileira.

Conforme o censo de 2010, divulgado pelo IBGE, houve uma redução de 29% com relação aos dados de 2000, conforme mostra a figura abaixo:



**Figura 1.** Evolução das taxas de analfabetismo por região, de 2000 e 2010.

Fonte: IBGE (2010 apud NAOE, 2012).

Nota-se, pela figura, que a maioria do número de analfabetos encontra-se na região Nordeste, sendo que o analfabetismo é mais alarmante em municípios com até 50 mil habitantes, entre a população com mais de 15 anos, sobretudo negros e pardos, e na zona rural, ou seja, entre uma população historicamente marginalizada (NAOE, 2012).

Entretanto, ainda que pela figura possa parecer que houve uma redução do número de analfabetos em todas as regiões brasileiras, Naoe (2012) ressalta que outros indicadores, como o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf), tem mostrado um aumento de pessoas que não conseguem fazer uso da língua em práticas sociais de leitura e escrita, mas que são consideradas como “alfabetizadas” pelo IBGE. Nesse segmento, observa a autora, há um número absurdo que não é contabilizado.

Assim, tem-se a impressão de que os indicadores mostram a melhoria da qualidade de ensino no país, bem como que as ações tomadas no campo da educação de jovens e adultos estão transformando a educação. Porém, ainda que tais

aspectos quantitativos possam sugerir um avanço na educação brasileira, na prática mascaram a real situação, que é de analfabetismo funcional.

De acordo com Schwartz (2010), o Inaf definiu conceitos de analfabetismo e seus índices:

Analfabetos absolutos: 7% dos brasileiros de 15 a 64 anos – Sujeitos que não conseguem realizar tarefas que envolvam a leitura de simples palavras e frases.

Analfabetos nível rudimentar: 19% dos brasileiros de 15 a 64 anos – Sujeitos que desenvolveram a capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos.

Alfabetismo nível básico: 47% dos brasileiros de 15 a 64 anos – neste nível os sujeitos podem ser considerados funcionalmente alfabetizados, pois leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações, mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências. No entanto, apresentam limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos ou relações.

Alfabetismo nível pleno: 28% dos brasileiros de 15 a 64 anos – são capazes

de compreender e interpretar elementos usuais da cultura escrita: leem textos mais longos e complexos, relacionando suas partes, comparam e interpretam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. (SCHWARTZ, 2010, p. 26-27).

Nesta realidade, da população brasileira de aproximadamente 190 milhões de pessoas, cerca de 72% apresentam algum tipo de analfabetismo funcional (COLAVITTO, ARRUDA, 2014), ou seja, são aquelas que sabem decifrar o código linguístico, mas não conseguem usá-lo com eficiência, pois não são capazes de compreender o que leem.

Em vista disso, com o propósito de minimizar o analfabetismo no país, o governo vem investindo em cursos noturnos de EJA, contudo não tem considerado a qualidade da formação oferecida para os jovens e adultos, tratando-se, muitas vezes, de uma formação compacta, como observa Sousa (2012).

Ademais, a ausência de clareza nas políticas educacionais para a EJA compromete a efetivação da modalidade de ensino não só com relação à alfabetização, mas na continuidade da escolaridade dos alunos e na formação inicial e continuada dos professores.

Gadotti (2006) lembra, ainda, que o analfabetismo é negação de um direito ao lado da negação de outros direitos, é a expressão da pobreza e consequência de uma estrutura social injusta, portanto, seria ingênuo buscar combatê-lo, sem antes combater as suas causas, o que leva à conclusão de que o sucesso da EJA não depende apenas de questões pedagógicas, mas de questões essencialmente políticas.

Desta forma, não importa quantos programas ou propostas de EJA sejam criados, pois estarão a meio caminho do fracasso se não considerarem o fato de que a educação voltada para jovens e adultos está condicionada às possibilidades de uma real transformação das condições de vida desses alunos e essa discussão precisa estar inserida, também, na formação do professor (GADOTTI, 2006).

Nesse contexto, é premente que a sociedade, organizada em movimentos sociais, busque participação em projetos e programas e exija qualidade da educação oferecida em todos os níveis e modalidades, bem como redução da discriminação da EJA, cobrando políticas públicas eficazes e eficientes, comprometidas com uma educação contínua que contemple um maior número de pessoas.

Torna-se, assim, imprescindível que o Ministério da Educação possa olhar para as ações destinadas à EJA, promovendo-as, subsidiando recursos técnicos e financeiros suficientes, avaliando propósitos e traçando metas idealizadas para serem alcançadas com efeito, de maneira a oferecer uma educação significativa e de qualidade para todos.

### Considerações finais

A alfabetização é de grande importância e relevância na vida de qualquer pessoa, pois a educação formal no âmbito escolar e o convívio com pessoas de diferentes culturas tornam possível que o indivíduo tenha autoestima e torne-se um cidadão capaz de enfrentar conflitos e problemas.

Dessa forma, jovens e adultos buscam recuperar o tempo perdido, regressando ao ambiente escolar e recomeçando os estudos, por diversas razões, tais como inclusão no mercado de trabalho, ou uma melhor inserção social. A EJA foi idealizada com esse intuito, oferecer educação aos que, por diversas razões, não conseguiram começar ou terminar os estudos na idade certa.

Conquanto, há ainda uma triste realidade, que é o analfabetismo. Para seu combate é necessário haver maior investimento na formação dos professores em todos os níveis, e oferecer uma educação de qualidade aos alunos, que lhes possibilite melhores expectativas quanto ao futuro.

Como vimos, ainda há um alto número de analfabetos, além de um aumento de pessoas analfabetas funcionais que não conseguem

utilizar o conhecimento da língua para se inserir nas práticas sociais de uso da leitura e da escrita, o que mostra que, apesar da aparente redução do analfabetismo divulgada pelo IBGE, não se conseguiu erradicar o analfabetismo.

Para tanto, faz-se necessário compatibilizar os avanços quantitativos com um ensino democrático de qualidade valorizando a educação como sendo, de fato, um direito fundamental de todos, bem como desenvolver políticas públicas que busquem enfrentar e reduzir a desigualdade social.

## Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE, 2000a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- \_\_\_\_\_. *Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de julho de 2000*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 2000b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- COLAVITTO, N. B.; ARRUDA, A. L. M. M. Educação de jovens e adultos (EJA): a importância da alfabetização. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*. V.5, n.1, 2014. Disponível em: <<http://facsao Roque.br/revista-eletronica/revista-saberes-da-educacao/arquivos/2014-2/>>. Acesso em: 07 out. 2016.
- CHILANTE, E. F. N.; NOMA, A. K. A política de educação de jovens e adultos no Brasil: desarmando a armadilha neoliberal. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas, ABL: Unicamp, 2007, p.1-10. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01\\_05.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01_05.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- FEIJÓ, I. M. *Limites e possibilidades da educação de jovens e adultos: das vivências aos estudos teóricos*. 2014. 24 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Disponível em: <[http://www.dfe.uem.br/TCC-2014/Ivone\\_MF.pdf](http://www.dfe.uem.br/TCC-2014/Ivone_MF.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2016.
- FRIEDRICH, M. et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362010000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- GADOTTI, M. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. 8. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006, p. 29-39.
- GALVÃO, A. M. O; DI PIERRO, M. C. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007. (Col. Preconceitos, v.2).
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* - 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 9 maio 2017.

NAOE, A. *Analfabetismo no Brasil evidencia desigualdades sociais históricas*. Inserido em 24 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ladem/2012/02/24/analfabetismo-no-brasil-evidencia-desigualdades-sociais-historicas/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

RIBEIRO, V. M. M. (coord.). *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

SCHWARTZ, S. *Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 2010.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05\\_38.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2016.

SOUSA, J. P. A. Analfabetismo no Brasil: História, realidade e preconceito. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19 a 23 de novembro de 2012, Águas de Lindóia, SP: ABEP, 2012. *Anais...* 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[834\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[834]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2017.

VENTURA, J. P. *Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira*. 2008. 301fl. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <[http://www.uff.br/pos\\_educacao/joomla/images/stories/Teses/ventura.pdf](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/ventura.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2017.